

A tragédia cultural paulista



Um impasse predomina nas questões do desenvolvimento da atividade cinematográfica no Estado de São Paulo. A retomada do cinema brasileiro é cascata, e, em nível estadual, voltamos à estagnação total da produção, graças à inexistência de uma política para o setor. A sociedade cobra soluções e apresenta propostas; o governo as ignora e insiste em seus equívocos.

Os problemas da "indústria cinematográfica" nacional são estruturais, e suas dificuldades vêm sendo amplamente debatidas nesta revista. Portanto, vamos nos deter, aqui, nas questões da produção independente em São Paulo, onde fervilham projetos para a emancipação do setor, e onde estão os interesses de iniciantes e independentes em geral, no raio de representação das ABD.

A Secretaria de Estado da Cultura proclama ações no setor cinematográfico, através de dois projetos altamente questionáveis: a Nova Vera Cruz e o PIC-TV. Ambos consumiram rios de recursos para resultados obscuros, e acabaram na mira de toda a classe cinematográfica. O marketing do Estado para esses projetos sufocou a principal questão, ou seja, a destruição da política cultural no Estado, levando junto o cinema paulista.

Nos últimos quatro anos, a ABD-SP desenvolveu uma série de projetos que foram levados às secretarias de cultura do Estado e do município, sem que qualquer um deles tenha sido levado em conta. Sabemos que o tratamento dispensado ao cinema não é um privilégio, pois outros segmentos foram igualmente desprezados. Foram anos difíceis, semeados de frustração, indignação e revolta. Vamos descrever algumas das idéias expostas nesses projetos, e tentar imaginar como poderiam ter sido esses anos, com um programa mínimo para o setor. Começemos por projetos na área de produção:

1 - PRÊMIO ESTÍMULO - Nos últimos quatro anos, o Prêmio Estímulo foi publicado uma única vez, ceifando 38 filmes de curta metragem. Pelo menos três gerações de estudantes foram impedidas de iniciar-se na atividade, gerando um prejuízo cultural incalculável. A publicação do edital foi regular durante 25 anos, e mantê-lo era o mínimo que a secretaria poderia ter feito pelo cinema. A retomada do Prêmio Estímulo é resultado de

uma luta desgastante entre a ABD, a Comissão Estadual de Cinema e a secretaria, que poderia ter sido evitada.

2 - ÓPERA PRIMA - Em 97, a ABD-SP entregou nas mãos do secretário estadual uma proposta para desenvolvimento de projetos e realização de longas para estreantes. Resumindo, o projeto é o seguinte: um concurso de argumentos seleciona 10 projetos. Estes são contemplados com o prêmio de R\$ 20.000,00, para desenvolver o roteiro e o projeto técnico detalhado (plano de produção, orçamento, *story-board*, elenco, locações, etc). Uma comissão seleciona 2 projetos finalizados, entre os 10, para serem realizados. Cada um recebe R\$ 400.000,00 para fazer o filme. O valor total deste projeto é de 1 milhão de reais, que geraria 8 projetos detalhados de estreantes, prontos para a captação de recursos, e a produção de 2 longas óperas primas.

3 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS - Concursos para desenvolvimento de projetos sempre estiveram nas propostas da ABD. No sistema de produção através da isenção fiscal, a confecção de um projeto é tarefa complicada, cheia de detalhes. Quem não tem produtora sofre para montar um projeto. Para qualquer estreante esta modalidade é de fundamental importância.

4 - PRÊMIO DE ROTEIROS - Concursos de roteiros para longa-metragem aconteceram algumas vezes no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. Premiar o roteirista por seu trabalho custa muito pouco a qualquer secretaria, e ajuda a credenciar o projeto para sua viabilização.

5 - CONCURSO PARA A REALIZAÇÃO DE DOCUMENTÁRIOS - Para encerrar o item de produção, falemos do documentário, o gênero que mais carece de recursos. Para justificar a importância do documentário, incluímos aqui palavras do cineasta Paulo Rufino: "Os momentos mais difíceis da História são lembrados através das imagens dos documentaristas. As revoluções mundiais e os principais acontecimentos da história brasileira

deste século são lembrados graças ao documentário”. As razões para o desaparecimento do documentário, a partir da década de 80, merecem um artigo à parte. O documentário precisa de uma carteira específica. Precisa, antes de mais nada, de ser dissociado da reportagem e do jornalismo. Para isso, no entanto, depende da atuação do Estado, já que a produção documental depende, muitas vezes, de um tempo de realização longo, insustentável para o imediatismo das empresas de jornalismo. O Brasil precisa ser visto através do documentário. E as TVs, em plena expansão, poderiam servir à sociedade com produções mais acabadas.

Uma política para o cinema

Estas sugestões são o que chamamos de política de base, que garantiria a renovação de pessoal na área cinematográfica. Uma política para o cinema, no entanto, requer que levemos em conta o tripé sobre o qual o cinema se impõe (produção, distribuição e exibição), fatores políticos, econômicos, ideológicos, culturais, territoriais, governamentais, etc. Política para o cinema é fator global, que depende de posicionamento nacional. Nos ensinou o professor Carlos Augusto Calil que os americanos reservam apenas 3% de seu mercado exibidor para o filme estrangeiro. Por aqui, reservamos espaço para a nossa própria produção. Isso no final do Século do Cinema, no qual o discurso audiovisual criou novo paradigma para a configuração da sociedade moderna. Estarão cegos nossos governantes ou coagidos mediante a hegemonia norte-americana, a qual vem destruindo e pasteurizando cinematografias tradicionais, como a alemã, a francesa, a soviética e a japonesa? O que é o mercado brasileiro na planilha das companhias norte-americanas? Sabemos apenas, segundo o mestre Alex Viani, que o audiovisual é o petróleo do século XXI. Devemos pleitear nossa soberania nesse novo mundo ou consolidar nossa vocação de consumidores e imitadores baratos? Os cineastas pensam e reivindicam, com plena convicção da sua importância na História contemporânea.

O sonho do cinema brasileiro, no entanto, está comprometido, já que o elo para a afirmação da nossa atividade depende do surgimento de pessoas. É notável a lacuna deixada pela paralisação da atividade desde os anos Collor. Naquele momento, os melhores profissionais do cinema tiveram de migrar para outros setores em busca de sobrevivência. Hoje, num set de filmagem de qualquer longa, podemos constatar

que a maioria dos trabalhadores é de estreatantes. A atividade prossegue, a evolução é interrompida. Perguntemos a um velho realizador sobre a importância de um experiente maquinista e ele nos responderá. Um contra-regra e um continuista, então, nem se fala. Se a publicidade nos prestou um grande serviço em empregar e garantir a atualização técnica e tecnológica dos profissionais de cinema, é básico entendermos que a publicidade não substitui o cinema. Em um curta de 10 minutos podemos ter 20 filmes publicitários. Cinema vende arte e entretenimento, apoiado na narrativa, na dramaturgia, e na sua própria duração. Publicidade vende produto – e ponto final.

Agir para o desenvolvimento do cinema no Brasil depende de um certo decoro político e pessoal, uma consciência do papel artístico, tecnológico, comercial e internacional do filme. O Estado de São Paulo responde por quase metade da geração de riquezas do país. Fabrica automóveis, computadores e tijolos. Mas continua tratando o cinema como piada infame. Vamos enumerar, a seguir, algumas medidas concretas que o Estado poderia adotar a favor do cinema.

- 1- Redução de ICMS para o setor.
- 2- Viabilização, através do apoio de programação, de espaços culturais pelo interior do Estado (lembremos que São Paulo possui mais de 30 cidades com população acima de 100 mil habitantes).
- 3- Doação de bolsa de estudos para desenvolvimento de pesquisas cinematográficas e produções visando ao levantamento e à preservação da memória do Estado.
- 4- Transformação da TV Cultura em emissora realmente comprometida com o cinema brasileiro, em modelo de política de relação cinema/tv. O PIC-TV existente é um equívoco, que carece apenas de redirecionamento.
- 5- Garantia das políticas para a produção independente através de concursos. Este item é básico, viável a qualquer governo, pois custa pouco e gera muita riqueza cultural.

*Leopoldo Nunes
Presidente da ABD-SP e
Presidente da ABD-Nacional (ABD – Associação Brasileira de Documentaristas)*